

RECURSO ESPECIAL Nº 1.494.451 - PB (2014/0290691-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO : PAULO ROBERTO JACQUES COUTINHO
ADVOGADOS : CARLOS FREDERICO NÓBREGA FARIAS E OUTRO(S) - PB007119
RODRIGO NÓBREGA FARIAS - PB010220

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE PRODUTIVIDADE. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE. GRAU DE UTILIZAÇÃO DE TERRA (GUT). GRAU DE EFICIÊNCIA NA EXPLORAÇÃO (GEE). APURAÇÃO. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP). RESERVA LEGAL (RL). NOTIFICAÇÃO DO INCRA. AVERBAÇÃO DA RESERVA LEGAL. GUT E GEE SUPERIORES AO MÍNIMO LEGAL. CLASSIFICAÇÃO COMO PROPRIEDADE PRODUTIVA. CABIMENTO.

I. Hipótese em que se pretende a declaração de produtividade de imóvel rural, situado no Município de Santa Rita/PB, considerado pelo INCRA como improdutivo (GUT de 54,39% e GEE calculado em 99,97%) e passível de desapropriação, face o não atendimento de sua função social.

II. Nos termos do art. 6º, §1º e §2º, da Lei nº 8.629/93, considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, grau de utilização da terra (GUT) igual ou superior a 80% e de eficiência na exploração (GEE), igual ou superior a 100%. III. De acordo com o laudo oficial, 'em todos os casos testados, o GEE se apresentou igual ou maior que 100%. No entanto, o cálculo do GUT sem reduzir da área total as áreas de (APP e RL) resultou sempre menor que 80%, porém quando consideradas tais áreas, o seu valor subiu para 98,32%'.

IV. A divergência entre o perito oficial e o assistente do autor/apelante sobre o total da Área de Preservação Permanente (APP) é menos de 2ha (dois hectares), sendo o cerne da questão, na

Superior Tribunal de Justiça

realidade, definir se a área averbada como Reserva Legal (RL), no total de 24,90 ha (vinte e quatro hectares), deve ou não ser considerada como área aproveitável no cálculo do GUT.

V. Ainda que realizada após a vistoria, a averbação da Reserva Legal à margem da inscrição da matrícula do imóvel apenas declara uma situação preexistente, imposta pelo art. 16, IV, da Lei nº4771/65. Precedente:(EDcl nos EDcl no Ag 1323337/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/11/2011, DJe 01/12/2011)

VI. 'Não é a averbação que indica a impossibilidade de exploração da referida área, mas a própria legislação ambiental, bastando, para tanto, sua caracterização como área de florestamento, nos termos do art. 10, IV da Lei 8.629/93' (PROCESSO: 200685000008250, AC431619/SE, DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA LUCENA, Primeira Turma, JULGAMENTO: 13/11/2008, PUBLICAÇÃO: DJ 02/12/2008 - Pagina 224).

VII. Por outro lado, também é juridicamente relevante a alegação de que, com a edição do Decreto nº 6686/2008, estariam suspensas as punições administrativas decorrentes da não averbação das áreas de reserva legal, até 11/12/2009, prazo este posteriormente prorrogado, pelo Decreto nº 70.029/2009, por mais 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão dos documentos por parte do órgão ambiental competente ou instituição habilitada. Logo, o INCRA, ao desconsiderar que o agravante teria tempo para averbar a reserva legal, considerando improdutiva a propriedade rural, teria, indevidamente, aplicado punição administrativa sem respaldo legal.

VIII. Assim, como o laudo pericial atesta que o GEE se apresentou igual ou maior que 100% e o GUT atingiu 98,32% (com a exclusão das áreas de APP e RL), estão presentes os parâmetros legais para que a propriedade seja considerada produtiva, nos moldes fixados pelo art. 6º da Lei nº 8.629/93.

IX. Honorários advocatícios no valor fixado pela sentença. Inversão do ônus da sucumbência.

X. Apelação provida, para declarar a propriedade rural situada no Município de Santa Rita/PB como produtiva, nos termos requeridos na inicial" (fls. 1.134/1.135e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 1.139/1.153e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

Superior Tribunal de Justiça

AÇÃO DECLARATÓRIA DE PRODUTIVIDADE. RESERVA LEGAL. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. REABERTURA DE DISCUSSÃO ACERCA DE MATÉRIA JÁ ANALISADA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE.

I. Na verdade, o acórdão vergastado consignou que a averbação à margem da inscrição da matrícula do imóvel tem caráter apenas declaratório, uma vez que a existência da Reserva Legal decorre de previsão na legislação ambiental. Portanto, mesmo quando ausente a vegetação nativa, não se pode presumir que a reserva inexista.

II. Não verificada ofensa aos dispositivos legais prequestionados (art. 2º, §9º e 10, da Lei nº 8.626/93, arts. 5º, XXIII, XXII, 184, 185, 186 e 225 da CF).

III. O Código de Processo Civil, em seu artigo 535, condiciona o cabimento dos embargos de declaração à existência de omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, não se prestando este recurso à repetição de argumentação contra o julgamento de mérito da causa.

IV. Embargos de declaração improvidos" (fl. 1.159e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 2º, §4º, 6º, 9º, 10, IV, da Lei 8.629/93, 1º, 4º, 7º do Decreto 750/93, 2º, III, 16, §§4º e 8º, da Lei 4.771/65, 5º, XXIII, XXIV, 184, 185, 186 e 225 da CF, sustentando que: a) "não foi constatada nenhuma prática protecionista por parte do proprietário, pelo contrário, estando a área de preservação permanente existente no imóvel totalmente degradada e a área de reserva legal, ocupada por um coqueiral, que não pode ser considerado vegetação nativa" (fl. 1.169e); b) "a averbação da área de reserva legal somente ocorreu após a notificação do INCRA, para realização da vistoria para levantamento de dados e informações" (fl. 1.170e); c) "referida averbação não poderia ser levada em consideração pela Autarquia, para fins de cálculo do grau de utilização da terra, vez que ocorrida após o período de apuração previsto na legislação agrária" (fl. 1.170e); d) "com relação às áreas de preservação permanente, (Mata Atlântica), tendo restado comprovado nos autos que as mesmas encontram-se totalmente degradadas, razão pela qual não podem ser levadas em consideração, para apuração da produtividade" (fl. 1.171e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 1.204/1.227e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 1.256e).

Superior Tribunal de Justiça

O Ministério Público Federal, por meio do parecer de fls. 1.267/1.271e, opina pelo parcial conhecimento e, nessa extensão, pelo provimento do Recurso Especial.

A irresignação merece prosperar, em parte.

Na origem, trata-se de Ação ajuizada pela parte ora recorrida, em face do INCRA, com o objetivo de "declarar a produtividade do imóvel rural denominado 'Tambauzinho', situado no Município de Santa Rita/PB e localizado na Mesorregião da Mata Paraibana" (fl. 1.038e).

Julgada improcedente a demanda, recorreu o autor, tendo sido reformada a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, a análise de suposta ofensa a dispositivos constitucionais compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Constituição Federal, sendo defeso o seu exame, no âmbito do Recurso Especial, ainda que para fins de prequestionamento, consoante pacífica jurisprudência do STJ.

Por outro lado, acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem:

"Analisando os autos, verifico que o início do processo administrativo para averbação da área de reserva legal ocorreu após a notificação do INCRA para realização da vistoria.

Neste aspecto, comungo do entendimento de que 'Não importa o fato de a referida área não se encontrar averbada, tendo em vista que não é a averbação que indica a impossibilidade de exploração da referida área, mas a própria legislação ambiental, bastando, para tanto, sua caracterização como área de florestamento, nos termos do art. 10, IV da Lei 8.629/93' (PROCESSO: 200685000008250, AC431619/SE, DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ MARIA LUCENA, Primeira Turma, JULGAMENTO: 13/11/2008, PUBLICAÇÃO: DJ 02/12/2008 - Página 224)" (fl. 1.126e).

Contudo, tal orientação encontra-se dissonante da jurisprudência desta Corte, segundo a qual "não se pode excluir a Área de Reserva Legal que não esteja devidamente individualizada na respectiva averbação, para fins de cômputo da produtividade do imóvel rural" (STJ, REsp 1.426.830/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/11/2016).

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. REFORMA AGRÁRIA. PRODUTIVIDADE. RESERVA LEGAL. AVERBAÇÃO. NECESSIDADE.

Superior Tribunal de Justiça

1. A **desconsideração da área de reserva legal para fins de verificação de produtividade do imóvel em desapropriação para reforma agrária exige sua respectiva averbação individualizada e prévia à vistoria.**

2. Recurso especial a que se dá provimento para, reformando o acórdão, denegar a segurança" (STJ, REsp 1.482.518/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/06/2018).

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO PARA REFORMA AGRÁRIA. CÁLCULO DE PRODUTIVIDADE DE IMÓVEL RURAL. RESERVA LEGAL NÃO AVERBADA JUNTO AO REGISTRO DE IMÓVEIS. CÔMPUTO DESSA COMO APROVEITÁVEL. PRECEDENTES.

1. O STJ ostenta entendimento uníssono no sentido de que: "[...] para ser excluída do cálculo de produtividade do bem, a reserva legal deve estar averbada no registro imobiliário em tempo anterior à vistoria, o que não ocorreu no caso concreto" (EDcl no REsp 1.221.931/BA, Relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 10/12/2014). Outros precedentes: REsp 1.376.203/GO, Relator Ministro Ari Pargendler, Primeira Turma, DJe 8/5/2014; e AgRg no REsp 1.223.349/SE, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 20/8/2013.

2. No caso em tela, tanto a sentença do Juízo de primeiro grau quanto o acórdão impugnado foram categóricos, ao assentarem que a reserva legal não está devidamente registrada no competente ofício imobiliário. Por isso, a aludida área deve ser computada no cálculo de produtividade do imóvel como aproveitável e consequentemente o provimento do recurso especial é medida que se impõe.

3. Recurso especial conhecido e provido" (STJ, REsp 1.447.203/TO, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 20/06/2016)

Desse modo, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial e, nesta extensão, **dou-lhe provimento**, a fim de

Superior Tribunal de Justiça

reconhecer a obrigatoriedade de inclusão da área de reserva legal, não averbada, no cômputo da produtividade do imóvel.

Nos termos do art. 85, §§2º e 8º, do CPC/2015, fixo honorários advocatícios em favor do recorrente, em R\$1.500,00 (mil reais). Custas e despesas **ex lege**.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

